

11-13-2009

Trabalho e Saúde Coletiva: o ponto de vista da actividade e das relações de gênero

J Brito

Follow this and additional works at: https://digitalrepository.unm.edu/lasm_cucs_pt

Recommended Citation

Brito, J. "Trabalho e Saúde Coletiva: o ponto de vista da actividade e das relações de gênero." (2009).
https://digitalrepository.unm.edu/lasm_cucs_pt/36

This Article is brought to you for free and open access by the Latin American Social Medicine at UNM Digital Repository. It has been accepted for inclusion in Portuguese by an authorized administrator of UNM Digital Repository. For more information, please contact disc@unm.edu.

Documento CUCS # 3C

C&SC200510(4)Brito (B)

Brito J. Trabalho e Saúde Coletiva: o ponto de vista da actividade e das relações de gênero. Ciencia & Saúde Coletiva (Rio de Janeiro, Brasil) 2005 Outubro-Dezembro; 10(4): 879-890.

Objetivos: Discutir a atividade do trabalho no campo da Saúde Coletiva e sua aplicação nas relações de gênero.

Metodologia: Analítica descritiva. Reforçam os eixos da discussão, referências do autor a ergonomia, o **Movimento Operário de Luta pela Saúde** e obra de **Georges Canguilhem**.

Resultados: A autora afirma que a noção de trabalho tem evoluído ao longo do tempo. É entendido na atualidade como a realização de uma atividade produtiva em um determinado período de tempo e em um contexto particular. Não é neutro; compromete e transforma quem o executa. Assim, três são as proposições que fundamentam as normas de saúde laborais. Primeiro: o trabalho não é uma atividade indeterminada: os trabalhadores produzem suas próprias condições laborais. Segundo: existe uma luta entre as normas impostas pelas autoridades laborais e os valores pertencentes aos trabalhadores; portanto, o trabalho prescrito provoca a produção material de trabalhadores doentes. Terceiro: a promoção e a prevenção da **saúde laboral** se obtém mediante a redução de condições insalubres, a contratação de seguros e a construção de relações igualitárias entre os profissionais da saúde e os trabalhadores para enfrentar os riscos. Estas propostas são viáveis com base no conhecimento do entorno e as condições sob as quais se desempenham a atividade laboral. Para a autora, entretanto, as intervenções preventivas atuais não geram efeitos favoráveis, já que seus conceitos não reconhecem a complexa relação entre o trabalho e a saúde. Perante este déficit, a autora apresenta contribuições dos estudos de relações de gênero que permitem ampliar a noção corrente de atividade laboral. A **divisão do trabalho** é a base material das relações de gênero. Em geral, o trabalho masculino é assumido como universal. Entretanto, estas relações formam parte de sistemas hierarquizados e conflitos de poder, o trabalho da mulher é subvalorizado e sua remuneração não é reconhecida de acordo com sua dedicação, o que incide no processo de saúde-doença das esferas laborais. A autora explica que os princípios demarcados de divisão e hierarquização do trabalho não reconhecem o desempenho produtivo das mulheres. As atividades consideradas como tipicamente femininas são escassas ou simplesmente não remuneradas. As mulheres com emprego, na realidade, alternam o trabalho profissional com o doméstico. No Brasil, muitas delas realizam atividades remuneradas fora de suas casas e delegam a outras mulheres os cuidados do lar ou incrementam o uso de eletrodomésticos para otimizar seu tempo produtivo com agravantes em sua saúde pessoal. Com isso, demonstra-se a íntima relação entre trabalho, saúde, **relações de poder** e gênero.

Conclusões:

O trabalho é uma atividade em um espaço, tempo e corpo indicados que normaliza e empobrece a saúde dos sujeitos. Uma vez que as relações de gênero se tornam uma norma prescritiva, a autora sugere a criação de novas normas de saúde a partir destas considerações.